



**ST7 – COOPERATIVISMO, ECONOMIA COLABORATIVA E DESENVOLVIMENTO**

**MULHERES, COOPERATIVISMO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL:  
CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

**WOMEN, COOPERATIVISM AND REGIONAL DEVELOPMENT: INITIAL  
CONSIDERATIONS**

Daniela Fonseca da SILVA<sup>1</sup>, Anelise Graciele RAMBO<sup>2</sup>

**Resumo:** Este trabalho traz reflexões em torno de três temáticas que emergem com mais força em momentos de crises político-econômicas. Trata-se do cooperativismo, questões de gênero e desenvolvimento regional. O cooperativismo, embora esteja presente na história moderna desde 1844, quando da criação da *Rochdale Society of Equitable Pionneers*, na Inglaterra, comumente é retomado em momentos de crise. Ao mesmo tempo, observa-se uma (re)emergência das questões de gênero. Iniciativas da Organização das Nações Unidas podem ser citadas, como o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher, a ONU Mulheres, em 2010, e o movimento *HeForShe*, campanha global para envolver homens e meninos na remoção de barreiras sociais e culturais que impedem as mulheres de atingir seu potencial. Durante o período de pandemia, campanhas como a Máscara Roxa, do Ministério Público do Rio Grande do Sul, que prevê possibilidades de denúncia de violência doméstica, reforçam a importância do tema. A discussão de gênero, aos poucos, ganha espaço dentro do cooperativismo. Em 2019, na Conferência Internacional da Aliança Cooperativa Internacional, o Comitê de Igualdade de Gênero promoveu um seminário destacando ações das mulheres com base na doutrina cooperativista. Ademais, Amartya Sen (2010) afirma que nada atualmente é tão importante na economia política do desenvolvimento quanto um reconhecimento adequado da participação e da liderança política, econômica e social das mulheres. Portanto, objetiva-se neste trabalho discorrer sobre o papel do cooperativismo para a remoção de fontes de privação de liberdade das mulheres e a consequente contribuição para a promoção de processos de desenvolvimento regional.

**Palavras-chave:** Gênero. Cooperativismo. Desenvolvimento regional.

**Abstract:** This work brings reflections about three thematic that emerge with more strength in times of political-economic crisis. They are cooperativism, gender and regional development. Although the cooperativism is present in modern history since 1844, in the creation of *Rochdale Society of Equitable Pionneers*, in England, usually it rises in crisis moments. At same time, it is observed a (re)emergency about gender. Initiatives of United Nations can be mentioned, as the United Nation Development Fund for Women, the UN Women, in 2010, and the movement *HeForShe*, a global campaign to involve men and boys in the removal of social and cultural limits that restrain women to achieve their potential. During the pandemic period, campaigns as the Purple Mask, of Ministério Público do Rio Grande do Sul that forecasts possibilities of complaint

<sup>1</sup> Aluna do PPGDREDES/UFRGS. E-mail: [danielafonss@gmail.com](mailto:danielafonss@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutora em Desenvolvimento Rural (UFRGS), Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: [ane\\_rambo@yahoo.com.br](mailto:ane_rambo@yahoo.com.br)



# II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA  
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

of domestic violence; reinforce the importance of the theme. The discussion about gender, slowly, conquers space in the cooperativism. In 2019, the International Conference of International Cooperative Alliance, the Gender Equality Committee promoted an event emphasizing actions of women based in cooperative doctrine. Amartya Sen (2010) affirms that nothing currently is so important in political economy of development than the proper acknowledgment of participation and political, economic and social leadership of women. Thus, this article has the objective of discourse about the role of cooperativism for the removal of sources of privation of freedom of women and the consequent contribution to promotion of processes of regional development.

**Keywords:** Gender. Cooperativism. Regional development.

## INTRODUÇÃO

Este trabalho é um primeiro esforço no sentido de trazer reflexões em torno de três temáticas que emergem com mais força em momentos de crises político-econômicas. Trata-se do cooperativismo, questões de gênero e desenvolvimento regional.

No que se refere ao cooperativismo, para Bialoskorki Neto (2001), o marco fundamental foi a criação da *Rochdale Society of Equitable Pionneers*, na Inglaterra em 1844, uma cooperativa de consumo organizada por tecelões de Rochdale. No Brasil, a primeira cooperativa a surgir, também foi de consumo, a qual fora criada em Limeira, São Paulo no ano de 1891 (SCHNEIDER; KONZEN, 2001). Entretanto, o cooperativismo passa a se desenvolver sob o pioneirismo do Pe. Theodor Amstad, promovendo o desenvolvimento das cooperativas de crédito e Giuseppe Stefano Paternó, multiplicando as cooperativas agropecuárias.

No início dos anos 1930, ressurgia o cooperativismo, novamente como uma reação dos pequenos produtores coloniais às condições de descapitalização e aos problemas que vinham enfrentando, agravados pelas transformações e as crises do capitalismo da época. A ameaça que a globalização representa para os micro, pequenos e médios empreendimentos nacionais é, ao mesmo tempo, a grande chance para o cooperativismo, que é, neste momento, uma das principais alternativas à disposição do micro, pequeno e médio empreendimento, não só para viabilizar-se economicamente, como também para enfrentar o mercado com qualidade e para ter respeitada sua presença, graças a união das pequenas forças que o cooperativismo consegue realizar (SCHNEIDER; KONZEN 2001).

Outra questão que vem sendo discutida nos últimos anos e que tem ganho visibilidade durante a pandemia do Covid-19, se refere às desigualdades de gênero. Na escala global, pode-se citar iniciativas da Organização das Nações Unidas (ONU) como a ONU Mulheres criada em 2010, a partir da fusão de quatro organizações da ONU: a Divisão da ONU pelo Avanço das Mulheres, o Instituto Internacional de Pesquisa e Treinamento pelo Avanço das Mulheres, o Escritório da Assessora Especial para Questões de Gênero e o Avanço das Mulheres, e o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para as Mulheres. A ONU Mulheres defende a participação equitativa das mulheres em todos os aspectos da vida e enfoca cinco áreas prioritárias: (1)



OBSERVADR





# II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA  
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

umentar a liderança e a participação das mulheres; (2) eliminar a violência contra as mulheres e meninas; (3) engajar as mulheres em todos os aspectos dos processos de paz e segurança; (4) aprimorar o empoderamento econômico das mulheres; (5) colocar a igualdade de gênero no centro do planejamento e dos orçamentos de desenvolvimento nacional.

Cabe mencionar o Movimento *ElesPorElas (HeForShe)*, criado em 2014, pela ONU Mulheres, que consiste num esforço global para envolver homens e meninos na remoção das barreiras sociais e culturais que impedem as mulheres de atingir seu potencial, e ajudar homens e mulheres a modelarem uma nova sociedade. O movimento reconhece papel de homens e meninos como parceiros dos direitos das mulheres e detentores de necessidades próprias baseadas na obtenção deste equilíbrio. Desde sua criação, homens de todo o mundo, incluindo Chefes de Estado, CEOs e celebridades globais vem assumindo um compromisso com a igualdade de gênero.

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) também abarcam essa discussão, especialmente no Objetivo 5. Igualdade de Gênero: alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

Porém, nem estas ações ao nível global foram suficientes para evitar que durante a pandemia fossem necessárias ações para reduzir a violência doméstica contra a mulher no Brasil. Campanhas como a Máscara Roxa, do Ministério Público do Rio Grande do Sul, que prevê possibilidades de denúncia de violência doméstica, foram criadas para que as mulheres pudessem denunciar agressores.

Por sua vez, a discussão de gênero, aos poucos, ganha espaço dentro do cooperativismo. Em 2019, na Conferência Internacional da Aliança Cooperativa Internacional, o Comitê de Igualdade de Gênero promoveu um seminário destacando ações das mulheres com base na doutrina cooperativista. Ademais, Amartya Sen (2010) afirma que nada atualmente é tão importante na economia política do desenvolvimento quanto um reconhecimento adequado da participação e da liderança política, econômica e social das mulheres.

Este trabalho, metodologicamente está sustentado em um estudo de cunho bibliográfico e documental, exploratório. Para alcançar seu objetivo, está organizado em cinco seções, além desta introdução. Na primeira trata-se do cooperativismo e como este tem contribuído ao desenvolvimento regional e abordado as questões de gênero. Em seguida, discute-se especificamente elementos relacionados à desigualdade de gênero no Brasil, com base em dados da PNAD. Na sequência, são apresentados os conceitos de desenvolvimento e desenvolvimento regional, debatendo-se, além de elementos inerentes aos mesmos, o lugar da mulher nestes processos. Por fim constam as considerações finais e bibliografias consultadas.

## Cooperativismo, desenvolvimento regional e mulheres: quais relações?

A organização de uma cooperativa pode ser compreendida como uma resposta dos atores locais/regionais aos entraves oriundos de uma economia cada vez mais competitiva e globalizada. Segundo Panzutti (2002), a cooperativa é uma forma específica de organização da sociedade civil que, segundo a Teoria de Münster não exclui o interesse pessoal, nem a concorrência. A contrário,



OBSERVADR





# II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA  
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

permitem aos fracos desenvolverem-se dentro da economia competitiva. Além disso, os associados buscam satisfazer seus interesses pessoais através de cooperativas quando verificam que a ação solidária é mais vantajosa que a ação individual.

Embora, ainda não esteja disponível uma teoria do cooperativismo substancial que permita análises profundas, sabe-se que o cooperativismo se cerca de seus princípios e valores e, esses guiam as práticas cooperativistas ao redor do mundo. Nas palavras de Chayanov (2017), “tudo o que temos para o momento é uma ideologia cooperativa, ao invés de uma teoria cooperativa” (CHAYANOV, 2017, p. 50).

Essa ideologia cooperativa, como denomina Chayanov (2017), é baseada em sete princípios, que representam as linhas orientadoras por meio das quais as cooperativas levam à prática os seus valores, além de regular e orientar os integrantes do sistema. São eles: Adesão livre e voluntária; Gestão democrática; Participação econômica; Autonomia e independência; Educação, formação e informação; Cooperação entre cooperativas e Preocupação com a comunidade. Amartya Sen (2010) em dado momento, destaca que o desenvolvimento sustentado no cooperativismo estabelece um processo de expansão das liberdades coletivas da humanidade, pois seus princípios e mecanismos socioeconômicos e institucionais tem como consequência direta a melhora das condições de vida e redução dos índices de pobreza.

O Cooperativismo no Rio Grande do Sul possui a sua organização coordenada pela Organização Cooperativa do Estado do Rio Grande do Sul (OCERGS), vinculada à Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e também a Aliança Cooperativa Internacional (ACI). Porém, existem inúmeras outras cooperativas, não menos importantes, que optam por não se vincular a instituição, o que dificulta o acesso a seus dados e informações.

Segundo o Sistema OCERGS SESCOOP/RS, através da publicação “Expressão do Cooperativismo Gaúcho 2019”, havia, em 2018, 2,9 milhões de cooperativas presentes em 156 países, reunindo 1,2 bilhão de associados e 27,2 milhões empregos. No Brasil, foram registradas 6,8 mil cooperativas, 14,2 milhões de associados e 398 mil empregos gerados. Já no Rio Grande do Sul, havia 437 cooperativas, 2,9 milhões de associados e 63,8 mil empregos. Das cooperativas do Estado, 78% estão vinculadas aos ramos agropecuário, crédito, transporte e saúde, porcentagem que se mantém estável nos dados de 2019.

Em 2020, a edição do mesmo documento – Expressão do Cooperativismo Gaúcho 2020 - baseada nos dados de 2019, evidencia a ação positiva do cooperativismo no Rio Grande do Sul. São 444 cooperativas, 2,97 milhões de associados e 64,6 mil empregados. O dado mais significativo e que, conseqüentemente, permite reflexões é o aumento do número de empregos. Houve um acréscimo de 800 empregos formais. Enquanto as estatísticas divulgam índices de desemprego cada vez maiores, além da crescente informalidade, o cooperativismo gaúcho mostrou ampliação de empregos, uma condição fundamental para garantir dignidade das pessoas. É possível observar que a média salarial também se mostrou crescente nos dois anos em questão. O quadro a seguir sistematiza os dados mencionados:



OBSERVAD R





# II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA  
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

## Quadro 01: A associados, empregados e média salarial nas Cooperativas vinculadas à OCERGS – 2019/2020.

Variáveis	2019 (Ano-base 2018)	2020 (Ano-base 2019)
Nº de associados	2,9 milhões	2,97 milhões
Nº de empregados	63,8 mil	64,6 mil
Média salarial	R\$ 2.178,53	R\$ 2.461,60

Fonte: OCERGS SESCOOP/RS. Relatório Expressão do Cooperativismo Gaúcho. Organização própria.

Além dos dados destacados, o documento enfatiza ainda que duas dimensões do Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE), do ano de 2015, quais sejam, renda e educação, mostram melhores resultados nos municípios com cooperativas do que naqueles sem essas organizações. Ademais, os municípios sem cooperativas também mostram números inferiores à média estadual no que se refere a estas dimensões. Estes importantes resultados instigam pesquisas para verificar em que medida e como a existência de cooperativas nos municípios contribui diretamente para tal resultado.

Outros estudos apontam para o papel do cooperativismo no desenvolvimento regional. Büttenbender *et al.* (2020) verificaram que em períodos de desenvolvimento menos acelerado nas Missões e Noroeste do Rio Grande do Sul, as cooperativas foram referência na sustentação econômica da região e de justificativa de fixação dos empreendedores em suas atividades produtivas, destacando-se a produção primária. Corroboram a afirmação de outros autores reforçando que o cooperativismo, ao mesmo tempo em que busca o aprimoramento econômico, social e cultural do ser humano, agrega melhoras nas escalas de poder, transversalidade das políticas públicas com participação da população, auxílio e cooperação das instituições, cooperativas e associações, o fortalecimento das lideranças do território, e o aumento da liberdade e do capital social nas regiões.

Canquerino e Bertolini (2019), ao realizar um estudo bibliográfico<sup>i</sup>, observaram que o cooperativismo representa uma alternativa de promoção do desenvolvimento local indo de encontro ao atual modelo de desenvolvimento, considerado hoje como insustentável. Isso pois, a cooperativa é uma organização que adota práticas e preocupações com a sustentabilidade como a própria evolução dos cooperados nas dimensões econômicas, por meio a disponibilidade e acesso ao mercado, tanto para comercialização, como para o consumo e sob os aspectos sociais, podendo ser destacada a inclusão social dos membros. No que tange os aspectos ambientais verificaram os autores que os mesmos são abordados intrinsecamente, mas havia poucos relatos a respeito destas práticas nestes estudos.

Páez (2018) considera que o desenvolvimento local e cooperativismo constituem campos do conhecimento em constante atualização e debate. Ambas as abordagens apontam para uma desconcentração econômica e territorial, favorecendo um modelo de desenvolvimento mais equilibrado e inclusivo, em oposição à geração de enclaves territoriais, que reforçam as desigualdades socioeconômicas e espaciais.



OBSERVADR





# II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA  
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

Santos *et al.* (2020) ao analisar a política estadual de apoio ao cooperativismo no Tocantins, sublinham que a aplicação de um modelo de gerenciamento cooperativista pautado na efetiva participação dos cooperados, pode-se tornar em um elemento de fundamental importância para a disseminação da cultura do desenvolvimento regional endógeno, pensado pelos próprios atores locais. E apontam que uma gestão democrática, deve garantir a participação ativa e direta de homens e mulheres associados no planejamento e gestão da cooperativa. Contudo, a atuação e reconhecimento do papel das mulheres no cooperativismo parece ainda em estágio inicial, começando a ser discutido recentemente.

Assim, cabe mencionar que a Aliança Cooperativa Internacional demonstra, nos últimos anos, uma preocupação com a promoção da igualdade de gênero que se consolida na constituição do Comitê de Diversidade de Gênero (*The Gender Equality Committee of the International Cooperative Alliance – ICA-GEC*). O Comitê promove trocas de experiências com o objetivo acrescentar ao movimento cooperativista uma visão baseada em igualdade, solidariedade, democracia e desenvolvimento. Em 2019, na Conferência Internacional da Aliança Cooperativa Internacional, o Comitê de Igualdade de Gênero promoveu um seminário no qual destacou casos que têm obtido grande repercussão em alguns países e contribuído para a transformação de realidades de modo efetivo através da promoção de ações das mulheres com base na doutrina cooperativista.

A atuação e protagonismo das mulheres no cooperativismo também podem ser verificadas em um projeto, criado em 2016, pelo Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo do Rio Grande do Sul, o SESCOOP/RS, denominado Histórias reais do Cooperativismo<sup>ii</sup>, que está na sua quarta temporada. As narrativas dos cooperados mencionam as suas experiências como associados, bem como a importância da cooperativa na sua qualidade de vida e as oportunidades que têm acesso. Das 22 narrativas divulgadas, 10 são representadas por mulheres e 14 por homens. Essa é a proporção mais igualitária percebida até o presente momento nesses elementos de gênero analisados em torno do cooperativismo.

A representatividade das mulheres é marcante nas histórias apresentadas. Destaca-se a recorrência da afirmação que a cooperativa proporciona espaços de conquista das liberdades, seja através de facilidades econômicas, oportunidade social ou liberdade de participação. As atividades que as mulheres desempenham nas cooperativas são variadas, desde associadas até gerentes de agência, zeladoria, presidente e conselheira das cooperativas.

Nos depoimentos, algumas temáticas são recorrentes, apesar da particularidade da experiência de cada uma das 10 mulheres na sua interação com a cooperativa. Destacam-se a menção sobre influência familiar, seja como apoio ou como exemplo da atuação cooperativistas – sendo essa considerada fundamental para alcançar os objetivos pessoais. As narrativas reforçam a pertinência da formação profissional ou a oportunidade que o sistema cooperativo promove através de cursos de qualificação, vinculados ao princípio cooperativista Educação, Formação e Informação<sup>iii</sup>.

Em cinco narrativas, os filhos são mencionados. Quatro delas enfatizam que a relação com a cooperativa beneficiou tanto o cuidado quanto a ampliação de condição social benéfica aos filhos. Uma associada destaca que o acesso à internet no campo promoveu bem-estar aos seus filhos, que sendo estudantes na cidade, podem se beneficiar dessa tecnologia quando estão na residência dos



OBSERVADR





# II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA  
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

país, uma comodidade disponível em razão da cooperativa. Já outra associada informa que a relação com os colaboradores é o diferencial. O ambiente que prima pela qualidade de vida e a valorização das pessoas foi o destaque da narrativa que indicou a necessidade de cuidados com os filhos e que essa condição não se tornou empecilho as atividades realizadas. Essa é uma situação bastante distinta do que comumente ocorre em outras empresas e organizações, onde, inclusive, após a licença maternidade muitas mulheres não se surpreendem com suas demissões.

A temática de gênero foi abordada por três mulheres. Elas ocupam cargos de presidente da cooperativa, conselheira e presidente de condomínio. Ambas percebem que não é algo comum, recorrente nos espaços em que circulam. Ressaltaram que as atividades exigem responsabilidade e comprometimento e consideram que é necessária a participação nesse “mundo masculino”. Ressaltam que a cooperativa oferece essa oportunidade e que se sentem realizadas em participar de espaços de decisão.

Na revista Rio Grande Cooperativo, também uma produção do SESCOOP/RS, é possível observar a participação das mulheres, seja como associadas ou como colaboradoras da organização. Porém, a participação feminina possui uma representatividade consideravelmente menor em relação aos homens<sup>iv</sup>. Para melhor analisar a temática, foram selecionadas três edições dessa revista, nº 16, 17 e 18 referentes a 2019/01, 2019/02 e 2020/01. Das 45 declarações/depoimentos, distribuídas nas três edições, apenas oito delas são de mulheres.

A desproporcionalidade dessa participação tem um contraponto. Na seção entrevistas observa-se maior equilíbrio, uma vez que dos 4 entrevistados (nº. 16 e 18 – 1 entrevista em cada edição, nº 17 – 2 entrevistas), duas delas são dadas por mulheres. A edição nº. 16 conta com a entrevista de uma gerente de planejamento que avalia “o espaço e as oportunidades de inserção das mulheres em cargos de liderança no cooperativismo”. A entrevistada afirma que apesar de perceber avanços na participação feminina, ainda é preciso avançar. Sua afirmação tem por base um olhar sobre a composição dos Conselhos: “quando olhamos, por exemplo, a composição dos Conselhos de Administração e os cargos de alta liderança nas cooperativas, a participação das mulheres ainda é pequena” (TOPOLSKY, 2019, p. 7).

A entrevista na edição nº 17 destaca a participação das mulheres no cenário cooperativista uruguaio. A entrevistada atua no Centro Cooperativista Uruguaio há mais de 20 anos e também é presidente da Confederação Uruguaia de Cooperativas desde 2014. Afirma em sua entrevista que

Não se visualiza um número importante de mulheres nos órgãos de direção cooperativos e acredito que isso desacelerou algumas cotas de desenvolvimento do sistema cooperativo, porque se déssemos maior importância nessa liderança feminina, cumpriríamos muito mais com nossos princípios e valores (FERNÁNDEZ, 2019, p.26).

Na percepção da presidente da Cooperativa de Las Americas, a capacitação profissional possibilitou que as mulheres rompessem preconceitos e se vissem com condições de liderar nesses espaços. Percebe-se que mesmo com a devida formação profissional, algumas mulheres ainda se sentiam (ou sentem) sem condições de exercer funções de liderança ou ocupar cargos de maior responsabilidade. Essa situação deve ser levada em consideração, em especial, por possibilitar



OBSERVADR





# II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA  
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

cumprir com maior eficiência os objetivos do cooperativismo bem como difundir seus valores e princípios.

As manifestações expressas nos depoimentos demonstram que a representatividade das mulheres ainda é reduzida. Talvez pelo fato de que nas cooperativas ainda temos uma maior presença masculina nos cargos de direção, seja na presidência ou nos conselhos administrativos e fiscais, bem como na chefia de setores. Alexandra Wilson (SESCOOP/RS, 2019) considera que o caráter conservador das cooperativas pode ser o aspecto que permite que elas se modifiquem com menor celeridade, visto que pelo processo decisório ser democrático exige mais tempo para a sua deliberação. Enquanto empresas sofrem uma pressão da sociedade, por exemplo, para diversificar os seus conselhos com maior participação de mulheres, as cooperativas podem ter dificuldades de realizar a mesma mudança. Sendo assim, a seguir serão abordadas algumas questões de gênero que envolvem a atuação das mulheres.

## **Reflexões sobre gênero para pensar sobre o desenvolvimento regional**

Os papéis atribuídos a mulheres e à homens não são naturais ou biológicas, mas sim construídos de acordo com as necessidades socioeconômicas de cada sociedade (Pedro; Guedes, 2010). Os autores, reportando-se a Grisci (1994) e Safiotti (1988), enfatizam que na sociedade patriarcal, alicerçada na propriedade privada, a família e a superioridade masculina, além da natureza feminina que possibilita a reprodução, transformaram as mulheres em elementos de exploração e opressão. Esta sociedade delimita com bastante precisão, os campos em que pode operar a mulher.

Histórica e culturalmente, às mulheres são atribuídas práticas e rotinas relativas à vida doméstica. Apesar de uma carga ser densa e exaustiva, essas práticas representam um trabalho não remunerado, o que reduz a capacidade econômica das mulheres, resultando em uma recorrente dependência financeira. Apesar da conquista de direitos, como acesso ao estudo, ao trabalho, ao voto, dentre outros, essas atividades ainda permanecem como uma “obrigação” das mulheres, de modo geral.

Práticas como a criação dos filhos, o preparo das refeições, a limpeza e organização da casa representam algumas das exigências de desempenho que pesam sobre as mulheres. Essas atribuições, que são socialmente construídas e repousam sobre as mulheres, reduzem as suas atuações sociais e políticas. As mulheres têm dificuldade de encontrar tempo para fazer política, enquanto continuam aprisionadas a toda sorte de deveres domésticos e familiares (TIBURI, 2018).

O isolamento social provocado pela COVID-19 tem permitido uma reavaliação das tarefas domésticas. O que antes, em geral, era tido como uma rotina simples, fácil e menos importante, ou mesmo, invisível, tem ganhado nuances de protagonismo. Pelo menos, intensificam-se as discussões em relação ao trabalho doméstico não remunerado, visto que nas atuais condições ele é considerado fundamental para o bem-estar de parte considerável da população que tem passado maior parte do tempo em casa, em isolamento.

Porém, uma maior carga de afazeres domésticos tende a recair justamente sobre a mulher neste período de pandemia, uma vez que a desigualdade de gênero no trabalho doméstico no Brasil tem



OBSERVADR







# II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA  
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

aumentado, apontam dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em 2019, as mulheres dedicavam 21,4 horas semanais e os homens, 11,0 horas. Ou seja, a mulher dedica 10,4 horas a mais que o homem aos afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoas. De 2016 para 2019, essa diferença entre as médias masculina e feminina aumentou de 9,9 para 10,4 horas semanais. O número de pessoas, com 14 anos ou mais de idade, que realizaram afazeres domésticos em 2019 alcançou 146,7 milhões, o equivalente a 85,7% desta população. O percentual de mulheres que realizam esses afazeres alcança 92,1%, bem superior aos homens, que representam 78,6% (IBGE, 2020).

Especificamente no que se refere a produtividade acadêmica brasileira durante a pandemia, levantamento realizado pelo Movimento *Parent in Science*<sup>v</sup> durante o isolamento social relativo à Covid-19, verificou que mulheres negras (com ou sem filhos) e mulheres brancas com filhos (principalmente com idade até 12 anos) foram os grupos cuja produtividade acadêmica foi mais afetada pela pandemia, sobretudo para submissões de artigos científicos. Os resultados do levantamento indicam a necessidade de fortalecimento da discussão sobre gênero, raça e maternidade como fatores contribuintes para a sub-representação feminina na ciência.

A remuneração do trabalho entre homens e mulheres no Brasil também retrata a acentuada desigualdade de gênero. A divulgação especial Mulheres no Mercado de Trabalho da PNAD de 2018, demonstra que o rendimento médio habitual de todos os trabalhos de mulheres ocupadas, de 25 a 49 anos de idade, representa 79,5% em relação ao dos homens. Quando se leva em consideração a faixa etária de 40 a 49 anos, este índice cai para 74,9% (IBGE, 2019).

Outro dado que demanda análises se refere a jornada de trabalho remunerada. Em 2018, as mulheres, entre 25 e 49 anos, exerciam cerca de 4,8 horas semanais de trabalho remunerado a menos que os homens. No de grupo de 40 a 49 anos, a diferença chega a 5,4 horas (IBGE, 2019). Vale ressaltar que a PNAD de 2019, apontou que a soma do trabalho remunerado com o da casa feminino é maior em três horas à jornada masculina (IBGE, 2020).

Essa realidade paradoxal, parece também repercutir no âmbito do cooperativismo, no qual se visualiza um baixo número de mulheres ocupando cargos de direção, atuando nos conselhos e chefiando setores. A carga de afazeres domésticos e cuidados com pessoas parece reverberar nas atividades externas – trabalho, liderança comunitária, ação social, dentre outros. Sendo assim, após a conquista de direitos básicos, considera-se que as questões de gênero reemergem, uma vez que novos desafios estão postos para a autonomia, empoderamento e o respeito a alteridade da mulher.

Reforçam Pedro e Guedes (2010) que a luta das mulheres está na libertação das amarras de um senso moral construído pela cultura machista, cristalizada durante séculos. Não é apenas pela igualdade econômica e política que as mulheres conquistam seu espaço, mas pela luta na construção de uma sociedade livre de relações preconceituosas e discriminações. Trata-se de uma luta pela liberdade, para além da equiparação de direitos, e pelo respeito à alteridade. Liberdade e alteridade são elementos entendidos como inerentes ao desenvolvimento. E por isso, a seguir são trazidas discussões que reforçam tal pressuposto.



OBSERVADR





# II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA  
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

## Do desenvolvimento ao desenvolvimento regional: onde está a mulher nesse debate?

Conceitualmente, não há distinção entre desenvolvimento de uma nação ou desenvolvimento de uma região. No entanto as explicações para um e outro caso podem ser distintas, por conta de uma questão de escala, das características socioespaciais e da historicidade diferencial dos territórios, ou mesmo de autonomia administrativa (CORRÊA; SILVEIRA; KIST, 2019). Assim, os autores entendem o conceito de desenvolvimento regional, considerando a região como fruto de um processo histórico que a molda. Sustentam que o desenvolvimento regional pressupõe uma ruptura na perspectiva em que o ator se coloca, pois é um processo histórico, que exige transformação nas bases sociais e econômicas, mudanças estruturais e, sobretudo, uma estratégia construída de forma conjunta entre os diversos atores de uma região.

Theis (2019), numa perspectiva semelhante, propõe elaborar uma noção mais precisa e ao mesmo tempo mais utópica de desenvolvimento regional, a partir de uma aproximação desde a realidade sociocultural brasileira. Propõe levar em consideração o passado colonial, o sofrimento dos povos, originários e das populações compulsoriamente transplantadas, a presença das mulheres, a diversidade da natureza brasileiras. Defende a autonomia da comunidade regional na definição de seu projeto societário e compreende que as desigualdades poderão ser extintas se os membros das comunidades regionais recuperarem sua autonomia. Não desconsidera a atuação nem o mercado nem o Estado sobre a manutenção das desigualdades regionais, e defende a reconquista dos meios com os quais os atores regionais possam prover a si e aos seus das condições materiais e espirituais para uma vida digna.

Retomando os outros temas deste trabalho, a temática das mulheres e a sua atuação no cooperativismo permeia as discussões em voga, ao se considerar que a presença e atuação ativa das mulheres nas cooperativas pode representar um mecanismo de desenvolvimento regional, na medida em que minimiza a privação de liberdade das mulheres, podendo fortalecer as especificidades sócio-político-culturais locais ou regionais. Amartya Sen, reforça que “nada atualmente é tão importante na economia política do desenvolvimento quanto um reconhecimento adequado da participação e da liderança política, econômica e social das mulheres” (SEN, 2010, p. 263). Portanto, nenhum desenvolvimento que exclua ou desconsidere a ação das mulheres e que não invista em reduzir desigualdades será capaz de remover as principais fontes de privação de liberdade individuais ou coletivas. O exercício da liberdade é mediado por discussões públicas e interações sociais, que são, elas próprias, influenciadas pelas liberdades de participação (SEN, 2010).

Essa liberdade de participação só é exequível em ambientes democráticos, de modo que seja possível promover caminhos de acesso a formas sociais mais aptas a estimular a criatividade humana e responder às aspirações da coletividade (FURTADO, 2004). Possibilitar condições de acesso e liberdade às mulheres, de modo a construir formas sociais mais aptas, significa romper com históricas estruturas sociais e culturais, inclusive alóctones à realidade brasileira, que redundam no cenário de desigualdades de gênero tais como as descritas na seção anterior.



OBSERVADR





# II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA  
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

Por sua vez, ao fazer uma reflexão sobre quem são as mulheres que pensam o desenvolvimento regional no Brasil, Butzke *et al.* (2020) destacam que muito do que se produziu e se praticou em nome do desenvolvimento da América Latina e no Brasil tem orientação eurocêntrica, masculina, hetero-patriarcal e branca. A história das mulheres e a história que desenharam têm sido invisibilizada e homogeneizada nas narrativas existentes. Essa observação vai ao encontro do que sublinha Tiburi (2018, p. 47), quando menciona que “tudo o que sabemos sobre as mulheres primeiro foi contado pelos homens”.

Outrossim, já há certo consenso de que desenvolvimento não é mais considerado sinônimo de crescimento econômico, industrialização e urbanização. O progresso, tão almejado por praticamente todos os países, inquestionável por décadas, gerou uma sucessão de crises que afetaram principalmente a América Latina e a maioria dos países da periferia, provocando um aumento significativo da exclusão social em boa parte do mundo. Acarretou a marginalização de grupos integrados ao padrão de desenvolvimento. Em vez de prosperidade geral, nota-se um sucateamento de produtos em escala global, gerando desperdício de matérias-primas e recursos naturais ao custo imenso de degradação contínua do meio ambiente e de escassez de energia, resultado do privilégio à acumulação de capital, em detrimento do bem-estar social amplo (DUPAS, 2006). Para o autor, a cultura neoliberal globalizada criou um padrão antropológico na cultura ocidental: indivíduos livres e instrumentalmente racionais operam em um mundo que consiste em vendedores e compradores. Nesse período, o discurso neoliberal enfraqueceu as economias nacionais, e os defensores do Estado mínimo ganharam espaço.

E, nesse mundo de vendedores e compradores a mulher encontra-se à deriva, com uma liberdade limitada, pois como afirma Tiburi (2018, p.93), “são os homens que ocupam os espaços de poder que detêm o privilégio sobre decisões”. Aqui não se desconsidera o conjunto de conquistas das mulheres, mas, ao se observar apenas os dados apresentados na seção anterior, já se evidencia que a igualdade de gênero, entre homens e mulheres, parece estar longe de ser uma realidade. Isso pois, de modo geral, às mulheres resta “pouco ou nenhum tempo para desenvolverem outros aspectos da própria vida” (TIBURI, 2018, p. 14). Em sua maioria, desde muito cedo, elas são iniciadas nas tarefas domésticas e, que na falta de outra oportunidade, essas se tornam uma profissão ou ocupação. Porém, é um trabalho que historicamente não alcança prestígio como outra atividade profissional. Assim, devido a condição de excessiva carga de responsabilidades e atribuições, essas mulheres deixam de tomar seu lugar nos espaços de discussão política. Lugares esses que, inclusive, decidem e definem aspectos e políticas de sua própria condição de mulher. E, ilustra a autora:

meditar sobre a vida das mulheres como trabalhadoras que recebem menos do que os homens pelo mesmo tipo de trabalho, o que constitui uma das maiores injustiças que as pessoas heterodenominadas – denominadas por um outro – ou identificadas como mulheres sofrem em escala global (TIBURI, 2018, p. 16).

Se, como afirmam Butzke, Mantovanelli Júnior e Theis (2018), os conceitos trazem significados e experiências de outros espaços e tempos (eurocêtricos) que se impõem aos nossos espaços e tempos. E, se os conceitos unificam em si um conjunto de significados e contém experiências históricas, recuperar os significados e as experiências negados é uma alternativa, parece que aqui



OBSERVADR





# II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA  
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

cabe colocar em xeque o “conceito de mulher”, o “lugar da mulher nas regiões” e o “papel da mulher no desenvolvimento regional”.

Alguns apontamentos subsidiam as questões levantadas. Carleial (2014) aponta que a questão regional brasileira, instalada nos anos sessenta do século passado e, as políticas de desenvolvimento regional, não conseguiram reduzir de forma importante as desigualdades regionais, o que só fortalece o padrão de divisão inter-regional definido na metade do século XX. O agravante, segundo a autora, é que a questão regional está fora das pautas política, econômica empresarial e acadêmica brasileiras. Outra dimensão dessas desigualdades, é retratada pelos resultados da PNAD 2019 – Outras formas de trabalho. Segundo a pesquisa, a realização de afazeres domésticos é mais alta entre homens com curso superior completo (85,7%) e menor entre aqueles sem instrução ou com o ensino fundamental incompleto (74,1%). Embora tenha havido expansão e interiorização do Ensino Superior, há ainda significativa concentração litorânea e metropolitana. Ademais, o Nordeste apresentou a maior diferença entre as taxas de realização de afazeres domésticos por sexo – 21,0 pontos percentuais a mais para as mulheres – e o Sul, a menor, 9,6 p.p. a mais para elas (IBGE, 2020). O que se quer enfatizar é que a desigualdade de gênero, contém e está contida na questão das disparidades regionais brasileiras.

Identificar as potencialidades de uma região e inserir as mulheres nesse processo de planejar um desenvolvimento integral é fundamental para reduzir desigualdade – inclusive, as de gênero, e promover “uma sociedade em que pessoas sejam ajudadas a desenvolverem as suas potencialidades” (TIBURI, 2018, p. 60). Assim, pensar em desenvolvimento no seu aspecto regional exige pensar nas mulheres que interagem nesse espaço, conhecer seu cotidiano, ouvi-las, verificar se elas gozam da garantia de acesso aos seus direitos básicos como saúde, educação, segurança, dentre outras, e construir com elas estratégias, acessos e ações que as possibilitem levar a vida que desejam, no lugar onde desejam.

## Considerações Finais

Este trabalho é um esforço inicial que propõe discutir o potencial do cooperativismo na remoção de fontes de privação de liberdade das mulheres e a consequente contribuição para a promoção de processos de desenvolvimento regional. Entende-se que as desigualdades de gênero são um enclave aos processos de desenvolvimento e que as cooperativas podem ser um mecanismo de empoderamento das mulheres e de fomento às especificidades regionais. Contudo, entende-se também que o cooperativismo, embora seja uma opção em momentos de crise, precisa avançar no reconhecimento e estímulo à mulher, de modo a torná-la um ator político.

Assim, falar sobre participação das mulheres, seja como profissionais, cooperadas, membras ativas nos momentos decisórios, possibilita ampliar as perspectivas e visões sobre os múltiplos aspectos que designam o desenvolvimento. Negar, reduzir ou subestimar a participação das mulheres pode apequenar um movimento que possui grandes chances de promover transformações positivas e permanentes a nossa sociedade.



OBSERVADR





# II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA  
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

O sistema cooperativo pode possibilitar que as mulheres encontrem alternativas para desenvolver as suas capacidades e atuem de forma ativa na sociedade, o que, conseqüentemente promove transformações significativas nos espaços em que interagem. O “exercício da liberdade é mediado por discussões públicas e interações sociais, que são, elas próprias, influenciadas pelas liberdades de participação” (SEN, 2010, p. 24). Sendo assim, percebe-se que o espaço de integração da cooperativa possibilita uma ação livre e que promove outras liberdades, como por exemplo, uma posição de liderança na organização.

## REFERÊNCIAS

BÜTTENBENDER P. L. *et al.* Ativos e aportes do cooperativismo ao desenvolvimento regional: um olhar regional, do local para o global. **RGC**, Santa Maria, v. 7, n. 13, Jan./Jun., 2020.

BUTZKE, L. *et al.* Quem são as mulheres que pensam o desenvolvimento regional no Brasil? Elementos para a formulação de uma agenda de pesquisa. In.: **Colóquio - Revista do Desenvolvimento Regional** - Faccat v. 17, n. 2, abr./jun. 2020. Disponível em: <https://seer.faccat.br/index.php/coloquio/article/view/1665>. Acesso em: 28 ago. 2020.

BUTZKE, L.; MANTOVANELLI JÚNIOR; O.; THEIS, I. M. Afinal, desenvolvimento regional serve para quê? Reflexões a partir da Sociologia da libertação de Fals Borda e da Sociologia da Exploração de Casanova. **Redes**, v. 21, nº 3, p. 306-318, set./dez. 2016.

CANQUERINO, Y. K.; BERTOLINI, G. R. F. A discussão científica sobre o cooperativismo e o desenvolvimento regional. In.: **Informe GEPEC Desenvolvimento Regional e Agronegócio**. Toledo. v. 23, n.2 p.9-28, jul./dez. 2019. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/20423>. Acesso em: 28 ago. 2020.

CARLEIAL, L. O desenvolvimento regional brasileiro ainda em questão. In.: **Revista Política e Planejamento Regional (PPR)**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p.1-21, jan./jun. 2014. Disponível em: <http://www.revistappr.com.br/artigos/publicados/O-desenvolvimento-regional-brasileiro-ainda-em-questao.pdf>. Acesso em: 02 set. 2020.

CHAYANOV, A. **A teoria das cooperativas camponesas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

CORRÊA, J. C. S.; SILVEIRA, R. L. L.; KIST, R. B. B. Sobre o conceito de Desenvolvimento Regional: notas para debate. In.: **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. V. 15, N. 7, Edição Especial, P. 3-15, dez/2019. Taubaté, SP, Brasil. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/5255>. Acesso em: 10 mar. 2020.

DUPAS, G. **O mito do progresso; ou progresso como ideologia**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.



OBSERVADR





# II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA  
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

EXPRESSÃO DO COOPERATIVISMO GAÚCHO 2019. **Porto Alegre: SESCOOP/RS, 2019.** Disponível em: <http://www.sescoopr.rs.gov.br/app/uploads/2019/12/miolo-baixa.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2020.

EXPRESSÃO DO COOPERATIVISMO GAÚCHO 2020. **Porto Alegre: SESCOOP/RS, 2020.** Disponível em: <http://www.sescoopr.rs.gov.br/app/uploads/2020/07/ta-na-mesa-expressao-2020.pdf>. Acesso em 26 ago. 2020.

FERNÁNDEZ, G. Cooperativas de Las Americas. **Revista Rio Grande Cooperativo**, Porto Alegre, ano 5, n. 17, 2019/2. Entrevista, p. 24-28. Disponível em: <http://www.sescoopr.rs.gov.br/app/uploads/2019/11/rio-grande-cooperativo-semester-2-ed-17.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2020.

FURTADO, C. Os Desafios da Nova Geração, **Revista de Economia Política**, v. 24, n. 4 (96), p. 483-486, outubro-dezembro/2004.

GRISCI, C. L.I. Ser mãe, produção dele, reprodução dela. In: CARDOSO, Reolinas S. (Org.) **É uma mulher** ...Petrópolis: Editora Vozes, 1994.

HISTÓRIAS REAIS DO COOPERATIVISMO. **Porto Alegre, 2020.** Disponível em: <http://historiasreais.coop.br>. Acesso em: 01 set. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO EM GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Em média, mulheres dedicam 10,4 horas por semana a mais que os homens aos afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoas.** Brasília. 2020. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/27877-em-media-mulheres-dedicam-10-4-horas-por-semana-a-mais-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas>. Acesso em: 12 set. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO EM GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Divulgação Especial Mulheres no Mercado de Trabalho.** Brasília. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO EM GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.** Brasília. 2020. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101722\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101722_informativo.pdf). Acesso em: 12 set. 2020.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **ElesPorElas.** Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/esporelas/>. Acesso em: 12 set. 2020.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Objetivo 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.** Brasília. 2020. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/ods5/>. Acesso em: 12 set. 2020.



OBSERVADR





# II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA  
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **ONU Mulheres Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres**. Brasília. 2020. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/agencia/onumulheres/>. Acesso em: 12 set. 2020.

PÁEZ, C. C. Torres. Desarrollo local y cooperativismo: apuntes para un debate. In: **COODES Cooperativismo y Desarrollo** Vol. 6, n. 2 (jul/dez 2018), p. 120-124. Disponível em: <http://coodes.upr.edu.cu/index.php/coodes/article/view/2007>. Acesso em: 27 fev. 2020.

PANZUTTI, R. **Contribuição para a Teoria Cooperativista**. In.: Congresso SOBER. Anais. 2002.

PARENT IN SCIENCE. **Produtividade acadêmica durante a pandemia: efeitos de gênero, raça e parentalidade**. 2020. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/ciencia/wp-content/uploads/2020/07/LevantamentoParentinSciencePandemia.pdf>. Acesso em 12 set. 2020.

PEDRO, C. B.; GUEDES, O. S. As conquistas do movimento feminista como expressão do protagonismo social das mulheres. In.: I SIMPÓSIO SOBRE ESTUDOS DE GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS, 1. 2010, Londrina. **Anais [...]** Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2010. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/1.ClaudiaBraganca.pdf>. Acesso em: 12 set. 2020.

REVISTA RIO GRANDE COOPERATIVO. **Porto Alegre: SESCOOP/RS**, ano 5, n. 16, 2019/1. Disponível em: <http://www.sescooprs.coop.br/app/uploads/2019/07/rio-grande-cooperativo-semester-1-ed-16.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2020.

REVISTA RIO GRANDE COOPERATIVO. **Porto Alegre: SESCOOP/RS**, ano 5, n. 17, 2019/2. Disponível em: <http://www.sescooprs.coop.br/app/uploads/2019/11/rio-grande-cooperativo-semester-2-ed-17.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2020.

REVISTA RIO GRANDE COOPERATIVO. **Porto Alegre: SESCOOP/RS**, ano 6, n. 18, 2020/1. Disponível em: <http://www.sescooprs.coop.br/app/uploads/2020/05/rio-grande-cooperativo-semester-1-ed-18-1.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2020.

SAFFIOTI, H. **O Poder do Macho**. São Paulo: Editora Moderna LTDA, 1988.

SCHNEIDER, J. O.; KONZEN, O. G. 100 anos de cooperativismo no Rio Grande do Sul. 100 anos de experiência solidária. In: **Perspectiva Econômica**. Série Cooperativismo, v. 36, n. 116, São Leopoldo: UNISINOS, 2001.

STANISCUASKI, F. *et al.* Gender, race and parenthood impact academic productivity during the COVID-19 pandemic: from survey to action. In.: **Biorxiv**. 2020. Disponível em: <https://www.biorxiv.org/content/10.1101/2020.07.04.187583v1.full.pdf>. Acesso em: 12 set. 2020.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO COOPERATIVISMO DO ESTADO DO



OBSERVADR





# II SLAEDR SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

VI SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
III SIDETEG SEMINÁRIO DA REDE IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS SOBRE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E GOVERNANÇA  
04 A 06 DE NOVEMBRO DE 2020

RIO GRANDE DO SUL – SESCOOP/RS. **Feminismo no século XXI: O que isso significa para as mulheres cooperadas?** Porto Alegre, 2019. Disponível em: <http://www.sescoopr.s.coop.br/noticias/2019/10/14/feminismo-no-seculo-xxi-o-que-isso-significa-para-as-mulheres-cooperadas/>. Acesso em: 18 jun. 2020.

THEIS, I. M. O que é desenvolvimento regional? Uma aproximação a partir da realidade brasileira. In.: **REDES Revista do Desenvolvimento Regional**. v. 24, n. 3 (2019). Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/13670/pdf>. Acesso em 10 mar. 2020.

TIBURI, M. **Feminismo em comum: para todas, todes e todos**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

TOPOLSKY, P. Planejamento estratégico. **Revista Rio Grande Cooperativo**, Porto Alegre, ano 5, n. 16, 2019/1. Entrevista, p. 6-8. Disponível em:

<http://www.sescoopr.s.coop.br/app/uploads/2019/07/rio-grande-cooperativo-semester-1-ed-16.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2020.

<sup>i</sup> O estudo analisou artigos publicados no 1945 e 2018 na base *Web of Science*.

<sup>ii</sup> Histórias reais do Cooperativismo é o projeto do Sistema SESCOOP/RS que apresenta vídeos em que cooperadas e cooperados, colaboradoras e colaboradores narram as suas experiências na cooperativa em que atuam. Os vídeos estão disponíveis em: <<http://historiasreais.coop.br/>>, conforme consta nas referências.

<sup>iii</sup> O Princípio da Educação, Formação e Informação é o 5º princípio do cooperativismo, através dele as cooperativas proporcionam educação e formação para a comunidade externa bem como para seus associados, representantes, gestores e colaboradores. É o princípio responsável pela divulgação do modelo cooperativista, e viabiliza a consolidação dos outros seis princípios.

<sup>iv</sup> Nesse trabalho, o objetivo é apresentar um panorama do que está representado nas publicações selecionadas e veiculadas pelo Sistema SESCOOP/RS. Além das entrevistas, nenhuma matéria foi analisada em particular, portanto, considerou-se desnecessário mencioná-las individualmente e se optou por referencial o fascículo.

<sup>v</sup> Mais informações em <<http://www.parentinscience.com>>.



OBSERVADR

